# Avaliação de Políticas Públicas usando o R Modelo de resultados potenciais

Vítor Wilher

Cientista de Dados | Mestre em Economia



#### Plano de Voo

**Pacotes** 

Modelo de resultados potenciais

Comparando o antes e depois dos tratados

Comparando tratados e não tratados

Conclusão

#### **Pacotes**

Os pacotes que usaremos nessa seção estão listados abaixo. Sempre que possível, colocaremos os pacotes utilizados logo no início de cada seção.  $^1$ 

```
library(tidyverse)
library(truncnorm)
library(knitr)
```

set.seed(2021)

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>É possível que algum dos pacotes listados tenha sido retirado sem prévio aviso do CRAN. Nesses casos, por favor, entre em contato com o nosso suporte.

# Modelo de resultados potenciais

O modelo de resultados potenciais, ou **modelo causal de Rubin** [Rubin, 2004], é uma abordagem que visa estimar o efeito causal do tratamento com base nos resultados que potencialmente o mesmo indivíduo teria sem o tratamento. Como explicado na seção anterior, o problema com isso é que é impossível saber o que aconteceria com o indivíduo nesta "realidade alternativa" de não tratamento.

#### Efeito causal

Se a variável de interesse para o indivíduo i quando não há tratamento é  $Y_i(0)$  e quando há tratamento é  $Y_i(1)$  O efeito causal médio, derivado do modelo de resultados potenciais, é igual a:

$$E[Y_i(1) - Y_i(0)]$$
 (1)

# Hipótese da ignorabilidade condicional

Como não podemos ter acesso aos dois resultados ao mesmo tempo, não podemos estimar o impacto desta forma. Portanto é necessário incorrer na chamada hipótese da "ignorabilidade condicional". Ou seja, de que a diferença entre o comportamento da variável de interesse para o grupo tratado e o grupo de controle seja apenas dependente do tratamento e de um conjunto de covariáveis observáveis:

$$\{Y_i(0), Y_1(1)\} \perp T \mid X$$
 (2)

# Hipótese da ignorabilidade condicional

Assim, a **robustez** do método utilizado para estimar um impacto de uma política passa por quão crível é essa hipótese no caso específico. Cabe mencionar, que essa hipótese não é testável. Um fator muito importante para isso é controlar bem a influência das covariáveis, evitando variáveis não obseráveis. Por isso, é de grande importância a definição do grupo de controle utilizado.

Hipótese de Valor Estável da Unidade de Tratamento (SUTVA)

Outro ponto é importante é a hipótese de Valor Estável da Unidade de Tratamento (SUTVA). Ou seja, os resultados potenciais de um indivíduo não podem ser afetados pelo desígnio de tratamente a outros indivídiuos. Ou seja, não podem haver spillovers no estudo. Pode ser complicado evitar a violação desta hipótese em alguns casos.

# Hipótese de Valor Estável da Unidade de Tratamento (SUTVA)

Por exemplo, digamos que uma empresa deseja analisar o impacto de uma política de treinamento de um setor. Pra isso, ela aleatoriza os funcionários escolhidos e realiza o treinamento. Mesmo que os grupos de tratamento e controle sejam balanceados, possívelmente o efeito estimado da política será menor que o efeito real, pois pode ocorrer um efeito de spillover de conhecimento entre os funcionários dos dois grupos.

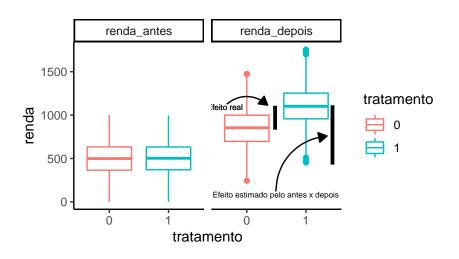
# Comparando o antes e depois dos tratados

O meio mais simples - e possívelmente o mais errado - de se avaliar uma política é comparar a situação dos indivíduos tratados antes e depois da política, sem nenhuma comparação com algum outro grupo que não sofreu a intervenção. Quando se faz isso, a hipótese implícita em que o avaliador incorre é a de que a situação dos grupos tratados permaneceria a mesma sem a política. Ou seja, que a variável de interesse é estática. Essa hipótese é infactível para quase qualquer avaliação de impacto.

Assim, utilizando o exemplo feito na primeira seção, que trata de uma política hipotética de transferência de renda, podemos estimar o efeito encontrado por esse tipo de abordagem. Imagine que por algum motivo não tenhamos acesso aos dados do grupo de controle. Neste caso, estimaremos o impacto do tratamento por meio da diferença entre a média da renda do grupo de tratamento no momento posterior com a média do mesmo grupo no momento anterior.

```
plot1 <- df %>%
 pivot longer(!c(id, tratamento).
              names to = "tempo".
              values_to = "renda") %>%
 ggplot() +
 geom_boxplot(aes(x = tratamento, y = renda, color = tratamento)) +
 facet_wrap(vars(tempo)) +
 theme_classic() +
  #a partir daqui o código só inclui as anotações
 geom_curve(data = data.frame(x = c(1.49, 0.66), y = c(120.16, 1126.31),
 xend = c(2.357, 1.353), yend = c(759.364, 1114.47),
 tempo = "renda depois").
 mapping = aes(x = x, y = y, xend = xend, yend = yend), curvature = -0.405,
 arrow = arrow(30L, unit(0.1, "inches"),
  "last", "closed"), inherit.aes = FALSE) +
 geom_rect(data = data.frame(xmin = c(2.44, 1.47)),
 xmax = c(2.456, 1.4866), ymin = c(445.68, 848.14),
 ymax = c(1096.72, 1090.801), tempo = "renda_depois"),
 mapping = aes(xmin = xmin, xmax = xmax, ymin = ymin, ymax = ymax),
 size = 1L, colour = "black", fill = "grey55", alpha = OL, inherit.aes = FALSE) +
 geom_text(data = data.frame(x = c(1.491, 0.631, 0.631),
 v = c(84.65, 1090.8019, 1090.801).
 label = c("Efeito estimado pelo antes x depois", "Efeito real", "Efeito real"),
 tempo = "renda_depois"), size=2,
 mapping = aes(x = x, y = y, label = label), inherit.aes = FALSE)
```

plot1



Veja que o efeito estimado por essa abordagem é bem maior que o efeito real.

```
tratados <- df %>%
  filter(tratamento == 1)

mean(tratados$renda_depois) - mean(tratados$renda_antes)
```

[1] 601.7619

Se pudessemos de alguma forma garantir que houvesse estabilidade da variável de interesse e nenhuma influência de nenhum outro fator, o efeito estimado por este método seria igual ao efeito real. Entretanto, na prática, esse tipo de abordagem nunca pode ser utilizada.

# Comparando tratados e não tratados

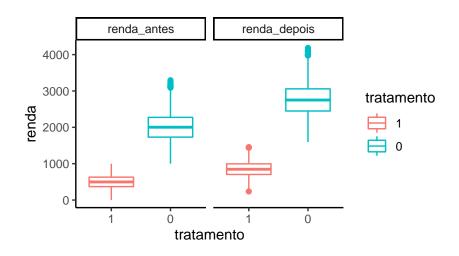
Muitas vezes, é possível que seja aventada a hipótese de comparar o grupo que sofreu o intervenção com o restante da população que não foi alvo da política. Isso pode acontecer porque não houve aleatorização e a política já foi implementada. Definimos o restante da população podem ser os outros indivíduos do local, ou de diferentes locais. Por exemplo, pode-se estimar o efeito de uma política em uma região, comparando o comportamento da variável de interesse nos municípios desta região com os de outra região, que não foi afetada.

# Comparando tratados e não tratados

Mesmo que nós tenhamos um grupo de controle, ele não necessariamente é adequado para ser comparado com os indivíduos tratados. É necessário que o grupo de controle tenha características semelhantes ao de tratamento. Assim, políticas que visam a intervenção em grupos bastante específicos vão apresentar grupos de tratamento bastante diferentes do restante da sociedade.

Podemos utilizar o mesmo exemplo de anteriormente para demonstrar isso. Para isso, é preciso modificar um pouco a estrutura do que foi feito. Ao invés de realizar um estudo e aleatorizar a escolha de quem será tratado ou não, o gestor da política decidiu implementar a política com base nos mesmos critérios, sem a definição de um grupo de controle. Obviamente, a média da renda do restante da população é maior do que a do grupo alvo da política. Entretanto, assumimos a mesma relação entre a renda do período t e do período t 1 e o mesmo efeito real do tratamento.

plot2



Perceba que o efeito desaparece, devido às características diferentes entre os dois grupos. Na verdade, quando estimamos um modelo de **diferenças-em-diferenças**, que detalharemos no decorrer do curso, o efeito estimado do tratamento torna-se negativo.

```
diff = df %>%
  mutate(diff = renda_depois - renda_antes) %>%
  group_by(tratamento) %>%
  summarise_at(vars(-id), funs(mean(., na.rm=TRUE)))
kable(diff)
```

tratamento	renda_antes	renda_depois	diff
1	498.9617	848.4187	349.4570
0	2008.3259	2758.0702	749.7443

```
diff$diff[1] - diff$diff[2]
```

#### Conclusão

Assim, a escolha do grupo de controle se mostra essencial para o impacto estimado de uma política ser semelhante ao impacto real. Então, quando o grupo alvo de uma política diferir do restante da população em características relevantes, é preciso adequar o grupo de controle. A primeira possibilidade, que já vimos resumidamente é a de aleatorização. Esse é o modelo que pode ser considerado ideal, mas também apresenta dificuldades de execução e custos elevados. A segunda é buscar na população indivíduos com propriedades semelhantes aos tratados para compor o grupo de controle. Essas abordagens serão melhor detalhadas nas seções 4 e 6, respectivamente.

Referências I

Donald B Rubin. Direct and indirect causal effects via potential outcomes. *Scandinavian Journal of Statistics*, 31(2):161–170, 2004.